

# Relatório Executivo: Open Access to Scientific Knowledge

*Hélio Kuramoto*

Doutor em Ciências da Informação e da Comunicação

Pesquisador em CI do MCT/IBICT

[alokura2010@gmail.com](mailto:alokura2010@gmail.com)

## Objetivos

- a) apresentar as estratégias e iniciativas preconizadas pelo movimento *Open Access to Scientific Knowledge (OA)*
- b) Propor a discussão de uma **Política Nacional de Informação Científica** (PNIC) fundamentado nas estratégias do OA.

## Antecedentes

No final dos anos 80 a comunidade científica global encontrava barreiras para o acesso à informação científica (IC) em consequência do constante aumento dos preços das assinaturas de periódicos científicos. Segundo a ARL – Association of Research Libraries, as suas bibliotecas membros tiveram um incremento de cerca de 321%, no período de 1986 a 2006 (SWAN, 2008) para manutenção de suas coleções de periódicos científicos<sup>1</sup>. Neste mesmo período, o índice de preços ao consumidor nos EUA cresceu 78%. Embora sejam dados do cenário americano, o impacto dessa crise tem afetado a todos os países indistintamente.

No caso brasileiro, a comunidade científica tem uma situação amenizada porque o governo federal mantém o **Portal de Periódicos da CAPES** que, em 2010, fornecia acesso a cerca de 15 mil títulos de periódicos, a um custo anual de cerca de 42 milhões de dólares. É inquestionável a importância deste portal para a realização de pesquisas no Brasil. Entretanto, este gasto é maior porque muitas instituições necessitam complementar este acesso com aquisição de periódicos inexistentes neste portal. Existem, hoje, cerca de 25 mil títulos de periódicos<sup>2</sup>. Cerca de 10 mil títulos não são oferecidos neste portal. Assim, além de o governo arcar com custos adicionais para complementar o acesso aos periódicos, há grandes chances de duplicação de assinaturas e baixa possibilidade de seu compartilhamento.

## Estágio do movimento OA no mundo

O cenário apresentado, estimulou pesquisadores de vários países a se unirem em torno do movimento *Open Access (OA)* e estabeleceram **duas estratégias**: a **via dourada** e a **via verde**.

Criado em 2000, segundo **Stevan Harnad** (2009), o OA tem como **objetivo principal o livre acesso**<sup>3</sup> aos cerca de **2.5 milhões de artigos publicados anualmente**, em aproximadamente **25 mil títulos de periódicos**.

A **via dourada** preconiza a conversão dos periódicos comerciais em periódicos OA, via adoção de modelo de negócios sustentável, similar ao adotado pelos programas da tv aberta: a tv arca com os custos de produção dos programas e estes são assistidos livremente. No caso das revistas, os autores pagariam às editoras para que os seus artigos fossem publicados e disponibilizados em OA. Usualmente, esse custo é assumido pelas agências de fomento. No Brasil, talvez esta prática ainda não seja tão usual por parte das suas agências de fomento e, isto representa uma lacuna no suporte ao pesquisador brasileiro.

Francis André (ANDRE,2005) afirma que os pesquisadores não publicam para auferir lucros, “os pesquisadores se interessam mais pela notoriedade do que por lucros financeiros”. Eles publicam para divulgar os resultados de suas pesquisas, para certificar a sua pesquisa, para serem citados e para obter melhor avaliação junto às agências de fomento ou em suas instituições .

A **via verde**, por outro lado, preconiza que os autores depositem, em repositórios OA, uma cópia de seus artigos publicados em revistas científicas, imediatamente após saberem de sua seleção para publicação. Para tanto, universidades, institutos de pesquisa e agências de fomento vêm construindo os seus repositórios OA. A alimentação desses repositórios depende da boa vontade dos pesquisadores, daí a necessidade de estabelecimento de mandatos tornando obrigatório o depósito imediato dos artigos científicos nesses repositórios. Diversas universidades em todo o mundo já estabeleceram os seus mandatos.

---

<sup>1</sup> A partir deste ponto, o uso da palavra periódico referirá sempre a periódico científico

<sup>2</sup> Segundo o Ulrich's existem cerca de 25 mil títulos de revistas científicas no mundo.

<sup>3</sup> **Acesso livre** significa: **acesso livre de custos** e da maioria das restrições e licenças de uso; **acesso online**; **acesso imediato**; **acesso via Internet (web)**.

No exterior, as agências de fomento têm criado os seus repositórios OA e estabelecido os seus mandatos. O exemplo mais contundente é o do *National Institute of Health* (NIH), que estabeleceu inicialmente a sua política OA, usando mecanismos internos. Em meados de 2008, o congresso americano a transformou em lei e determinou que todos os pesquisadores financiados pelo NIH depositassem uma cópia dos seus *papers* no repositório PubMed Central. Hoje, encontra-se em discussão, nos EUA, um novo projeto de lei, o *Federal Research Public Access Act – FRPAA* (LIEBERMAN & CORNIN, 2009), que propõe estender a lei aprovada para o NIH ao restante das agências de fomento americanas (11 departamentos ou agências).

Usualmente, as pesquisas científicas são financiadas com recursos públicos, que são provenientes de impostos pagos pela sociedade. Assim, os seus resultados, tornam-se bens públicos e deveriam ter acesso livre.

### **Benefícios proporcionados pelo OA**

Estudos conduzidos por Stevan Harnad e seus colaboradores mostram o impacto do OA na produção científica. Esses estudos concluíram que os trabalhos depositados em repositórios OA têm sempre, em todas as áreas do conhecimento um incremento positivo nos seus fatores de impacto. Na área de física esse incremento fica na ordem de 250%, na de Sociologia ultrapassa os 150% (vide SWAN, 2008).

Além de benefícios para os pesquisadores (maior visibilidade e fator de impacto), os repositórios institucionais OA permitem a geração de indicadores úteis ao planejamento dos investimentos em ciência e, principalmente para as agências de fomento monitorarem os seus financiamentos e pesquisa. Mas, isto só será possível se houver mecanismos (políticas/mandatos) que garantam os depósitos.

Outro estudo publicado, recentemente, por Salvatore Mele (MELE & al., 2011), no âmbito do projeto *Study of Open Access Publishing* (SOAP), a partir de um levantamento com cerca de 60 mil pesquisadores de todo o mundo e de várias áreas do conhecimento, mostram que mais de 89% dos pesquisadores consideram a publicação OA benéfica para as suas áreas de atuação e, que a maioria deles utilizam o fator de impacto da revista como critério principal na escolha do periódico onde pretendem publicar os seus trabalhos.

### **Por que OA para o Brasil?**

O Portal de Periódicos da Capes auxilia no acesso às revistas, mas não visa ampliar a visibilidade de nossas pesquisas. Alma Swan (2008), entusiasta do OA, faz os seguintes comentários sobre a pesquisa brasileira:

1. pesquisadores brasileiros desenvolvem uma enorme quantidade de pesquisa. Mas, os seus resultados não alcançam os leitores e a atenção que elas merecem devido às falhas no sistema de comunicação científica. Isto aconteceu, especialmente, nas últimas décadas. A produção científica brasileira sofreu com a baixa visibilidade e uma pobre divulgação fora da América Latina;
2. a maioria das revistas brasileiras não é vendida para bibliotecas fora da América Latina e os serviços de indexação não as cobrem suficientemente. Apenas os resultados de pesquisas que conseguem ser publicados nas revistas científicas atualmente indexadas em bases internacionais conseguem desfrutar de alta visibilidade no mundo;
3. para citar apenas alguns exemplos notórios da “falta de visibilidade” perversa à pesquisa brasileira, observamos que a **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, não está indexada no *Web of Science* e a outra, **Cadernos de Saúde Pública**, com quase, à época da publicação do artigo, 150 edições, só começou a ser indexada pelo *Web of Science*, em 2007;

Vale lembrar que o Brasil nunca teve uma PNIC. Isto tem prejudicado a visibilidade de nossas pesquisas em termos internacionais. Não basta ter acesso à informação científica. Falta nos iniciativas capazes de dar visibilidade às nossas pesquisas. Os comentários de Alma Swan refletem a falta de uma PNIC.

### **Proposta**

Propor aos ministros a discussão, elaboração e estabelecimento de uma PNIC com base nas estratégias do OA. As estratégias do OA contribuem para o desenho dessa política. Por meio da via dourada, as agências de fomento que apoiam e financiam as revistas brasileiras poderão estimular e contribuir para a melhoria e consolidação da indústria editorial científica brasileira, possibilitando-lhe visibilidade e autosustentabilidade. Por outro lado, a via verde possibilita a criação de mecanismos para registro e disseminação da produção científica brasileira. Esses mecanismos são importantes não apenas à ampliação da visibilidade de nossas pesquisas, mas principalmente à maior transparência e governança nos investimentos em pesquisa científica.

Como viabilizar as discussões e proposição dessa política? Criando um Comitê de alto nível, que seria composto por representantes das agências de fomento, da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), da SBPC, da Academia Brasileira de Ciência (ABC) e por *experts* em OA.

Tal política poderia produzir os seguintes benefícios e resultados esperados : **1.**promover maior acesso à informação científica; **2.**promover maior visibilidade, uso e impacto das pesquisas brasileiras; **3.**estabelecer mecanismos mais consistentes de avaliação e planejamento da ciência no Brasil; **4.**garantir o desenvolvimento dos repositórios institucionais ou centrais OA; **5.**garantir o depósito, em repositórios OA, por parte dos pesquisadores, dos seus *papers* publicados em revistas com revisão por pares; **6.**estimular os pesquisadores a depositar os seus artigos, mediante inclusão de bônus ou pontuação nos mecanismos de avaliação, correspondentes à quantidade de artigos distintos depositados em repositórios OA; **7.**estabelecer mecanismos sistemáticos de registro e disseminação da produção científica brasileira; **8.**promover maior transparência e governança aos investimentos em pesquisa científica; **9.**otimizar e garantir os investimentos em ciência; **10.**promover maior intercâmbio entre os grupos de pesquisa, tanto em nível nacional, quanto internacional; **11.**estimular, promover e consolidar a indústria editorial científica brasileira; **12.**estimular e promover a internacionalização da ciência brasileira por meio da infraestrutura que será criada mediante as estratégias do OA; **13.**promover às universidades brasileiras e aos institutos de pesquisa condições competitivas para melhor representatividade no [ranking web de universidades](#); **14.** garantir a integração da produção científica brasileira com a produção científica internacional.

### Considerações finais

A discussão e o estabelecimento de uma PNIC para o Brasil é o elo que falta para a consolidação de uma Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação mais robusta e eficaz. A falta de um mecanismo sistemático de registro e disseminação da produção científica brasileira dificulta o desenvolvimento da pesquisa nacional, assim como a avaliação dos impactos das políticas de financiamento e investimento em pesquisa científica e sua conseqüente contribuição para o desenvolvimento de inovações e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. A estratégia da via verde proporciona a criação deste mecanismo e constitui uma oportunidade para o País minimizar as barreiras que impedem o fluxo natural do ciclo informacional que vai da pesquisa à disseminação de seus resultados e que se retroalimenta de forma contínua.

Concluindo, a proposição da discussão e implementação de tal política será uma grande contribuição para o **progresso da ciência brasileira**.

### Referências

ANDRÉ, Francis. **Libre Accès aux savoir**: Open Access to Knowledge. Paris: Futuribles, 2005. 72 p. (Series edited by André-Yves Portnoff).

Harnad, S. (2009) The PostGutenberg Open Access Journal <http://eprints.ecs.soton.ac.uk/15617/> . In: Cope, B. & Phillips, A (Eds.) The Future of the Academic Journal. Chandos. Disp.: 03 mar. 2011.

LIEBERMAN, Senador Joseph; CORNYN, Senador John. FRPAA. Este projeto de lei foi submetido em 25/06/2009.. Disponível em: <<http://www.arl.org/sparc/advocacy/frpaa/index.shtml>>. Disp.: 16 jan. 2011.

SWAN, Alma (2008). Why Open Access for Brazil? **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 02, p.158-171, set. 2008. Semestral. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/279/166>>. Disp.:14 jan. 2011